

RECURSO ADMINISTRATIVO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025

Processo Administrativo nº 9919/2025

Recorrente: Mateus C Dias Comunicação Ltda

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de criação de conteúdo digital

À Pregoeira do Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ

A empresa Mateus C Dias Comunicação Ltda, nos termos do item 11.1 e seguintes do Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2025, vem, respeitosamente, interpor o presente Recurso Administrativo contra o resultado da Análise Técnica – Fase de Diligências, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

I – DOS FATOS

A Recorrente apresentou toda a documentação exigida no edital, incluindo Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica, em conformidade com o item 9.12.2 do instrumento convocatório.

Entretanto, a decisão técnica entendeu que o referido documento não atenderia integralmente às exigências, sob o argumento de ter sido emitido “em período muito próximo à data de abertura da empresa”, o que, segundo a análise, demonstraria “insuficiente tempo de atuação para avaliação efetiva da qualidade dos serviços prestados”. Além disso, apontou-se que o registro no SINAPRO/RJ ocorreu após a data de abertura do certame, enquadrando-se como descumprimento do item 9.12.3.1 do edital. Com a devida vênia, tais fundamentos não encontram amparo nas disposições editalícias ou legais, motivo pelo qual o indeferimento deve ser revisto.

II – DO DIREITO

2.1 – Do atendimento integral ao item 9.12.2 do edital

O Edital, em seu item 9.12.2, determina apenas que o atestado de capacidade técnica deve ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de objeto compatível ou de complexidade superior ao Termo de Referência. Em momento algum o edital estabelece prazo mínimo de atuação da empresa ou data limite para emissão do atestado. Assim, a exigência de “tempo de operação suficiente” constitui critério não previsto no edital, afrontando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021) e o princípio da legalidade (art. 37, caput, da Constituição Federal).

A Recorrente apresentou atestado válido, emitido por pessoa jurídica regularmente

constituída, descrevendo serviços de natureza compatível com o objeto licitado, cumprindo integralmente os requisitos formais e materiais previstos no edital.

Portanto, eventual interpretação restritiva baseada em critérios não previstos expressamente no instrumento convocatório viola os princípios da isonomia e da competitividade, além de caracterizar formalismo excessivo em detrimento da finalidade pública do certame.

2.2 – Do registro no SINAPRO/RJ e da boa-fé da licitante

O item 9.12.3.1 do edital exige a comprovação de inscrição da licitante em entidade representativa da atividade publicitária, nos termos do art. 3º da Lei nº 4.680/1965, sem, contudo, fixar a data de exigência da inscrição como condição impeditiva.

A empresa apresentou, em fase de diligência, comprovante de registro no SINAPRO/RJ, o que demonstra seu efetivo enquadramento e exercício regular da atividade.

Importa salientar que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 12, §1º, inciso II, orienta que a Administração Pública deve priorizar o saneamento de falhas que não comprometam a lisura do certame, sobretudo quando comprovada a boa-fé do licitante e a ausência de prejuízo à competitividade ou à execução contratual.

No caso em apreço, a empresa agiu de forma transparente e diligente, apresentando toda a documentação exigida, bem como o protocolo de solicitação do registro profissional antes mesmo da decisão de diligência — fato que evidencia sua intenção inequívoca de atender integralmente às exigências editalícias.

Dessa forma, a exclusão da empresa por motivo formal, especialmente diante da comprovação posterior e regular da condição exigida, contraria os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e do aproveitamento dos atos administrativos, previstos no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

2.3-Do Item 1.1

2.4 – Da Formação Profissional do Sócio-Administrador e da Capacidade Técnica Demonstrada

Além disso, cumpre destacar que o sócio-administrador da empresa é profissional graduado em Publicidade e Propaganda desde fevereiro de 2024, exercendo atividades na área desde então, conforme ficou devidamente comprovado no Atestado de Capacidade Técnica emitido na fase inicial do certame. Tal documento, devidamente apresentado em nome da pessoa jurídica, comprova experiência concreta na execução de serviços de comunicação e criação de conteúdo digital, atendendo plenamente ao objeto licitado.

Assim, resta evidenciado que a empresa possui competência técnica e respaldo profissional para a execução dos serviços, não havendo qualquer óbice jurídico ou material que justifique sua inabilitação com base nesse fundamento.

2.5 – Do Atendimento ao Item 9.12.3.1 do Edital

No que tange ao item 9.12.3.1, a Recorrente declarou no início do certame que, por tratar-se de empresa recém-constituída, encontrava-se em processo de inscrição no SINAPRO/RJ. Durante a fase de diligência, apresentou o registro definitivo devidamente emitido pela entidade de classe, sanando eventual pendência formal e comprovando o cumprimento integral da exigência editalícia.

Tal conduta reforça a boa-fé e diligência da licitante, conforme preceitua o art. 12, §1º, inciso II, e o art. 147 da Lei nº 14.133/2021, que orientam a Administração a privilegiar o saneamento de falhas formais quando comprovada a inexistência de prejuízo à competitividade ou à execução do objeto contratual.

2.6 – Do Item 9.12.10 e da Demonstração do Patrimônio Líquido Compatível

Com relação ao item 9.12.10, a empresa apresentou proposta no valor total de R\$ 195.000,00, estando plenamente dentro do limite de 10% exigido pelo edital em relação ao patrimônio líquido. Considerando que o patrimônio líquido declarado é de R\$ 20.000,00, verifica-se que este é superior em R\$ 5.000,00 ao percentual mínimo exigido (10% de R\$ 195.000,00 = R\$ 19.500,00), cumprindo, portanto, a exigência editalícia.

Importante salientar que, sendo uma empresa local, seus custos operacionais são naturalmente reduzidos, o que contribui para a viabilidade econômica da proposta, sem comprometer a execução do contrato. Cumpre registrar, ainda, que não houve declaração por parte da Administração de que o preço ofertado seria insuficiente ou inexecutável, inexistindo, portanto, qualquer fundamento técnico que justifique a desclassificação da proposta.

Ademais, o item 7.13 do Edital é claro ao estabelecer que “o critério de julgamento será o de menor preço unitário conforme definido neste edital e seus anexos”, sendo a proposta da Recorrente a mais vantajosa para a Administração sob esse critério.

Dessa forma, resta plenamente demonstrado que a empresa atendeu integralmente aos requisitos dos itens 9.12.3.1 e 9.12.10, não havendo fundamento jurídico para a manutenção da decisão de inabilitação.

O item 1.1 diz que “o objeto da presente licitação é a escolha mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada em serviços de criação de conteúdo digital. O critério de julgamento será o menor preço unitário, observadas as exigências contidas neste edital.” Nossa proposta é que traz mais economia para o poder público por ser a de menor valor unitário conforme prega o edital.

III – DO PEDIDO e de

Diante do exposto, requer-se:

1. O recebimento e provimento do presente recurso, para fins de reconsideração da decisão que inabilitou a Recorrente;
2. O reconhecimento da validade do Atestado de Capacidade Técnica apresentado, por cumprir integralmente o item 9.12.2 do edital;
3. O reconhecimento da regularidade do registro junto ao SINAPRO/RJ, por atender ao item 9.12.3.1 do edital, ainda que emitido em data posterior, tendo em vista a boa-fé e a ausência de prejuízo ao certame;
- 4- O reconhecimento da relação Patrimônio Líquido versus valor estimado da contratação.
5. A consequente reabilitação da empresa Mateus C Dias Comunicação Ltda para prosseguimento nas etapas subsequentes do processo licitatório.

IV – DOS PRINCÍPIOS QUE AMPARAM O PEDIDO

O presente recurso encontra fundamento nos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, vinculação ao instrumento convocatório e boa-fé objetiva, previstos nos arts. 5º, 18, 147 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração Pública deve sempre privilegiar o mérito da proposta e a capacidade técnica real do licitante, não permitindo que meras questões formais ou interpretações restritivas inviabilizem a ampla participação e a contratação da proposta mais vantajosa ao interesse público.

V – CONCLUSÃO

Ante o exposto, requer-se o provimento integral do presente recurso administrativo, com o consequente reconhecimento da habilitação técnica e regularidade cadastral da empresa recorrente, permitindo seu regular prosseguimento no certame.

Nestes termos,
Pede deferimento.